

# Com apoio da ONU Mulheres, Instituto Locomotiva e El País promovem debate com candidatas à Vice-Presidência da República - São Paulo/SP, 28/09/2018

*Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, apresentará a iniciativa #Brasil5050 pela igualdade de gênero nas eleições*

**(ONU Mulheres, 27/09/2018 - acesse no site de origem)**

“Mulheres na Política” é tema do debate com candidatas à Vice-Presidência do Brasil, que acontecerá nesta sexta-feira (28/9), em São Paulo, num dos grandes momentos das eleições 2018. O encontro é promovido pelo Instituto Locomotiva e o jornal ‘El País’ e tem o apoio da ONU Mulheres Brasil e do IBMEC, das 9h30 às 12h30, no auditório do IBMEC em São Paulo (Alameda Santos, 2356 - Cerqueira César).

Estão confirmadas as presenças das candidatas Ana Amélia (vice de Geraldo Alckmin/PSDB), Kátia Abreu (que integra a chapa de Ciro Gomes/PDT), Manuela D’Ávila (vice de Fernando Haddad/PT) e Sônia Guajajara (que se apresenta como candidata a copresidenta junto com Guilherme Boulos/PSOL).

O debate terá a presença da representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, que apresentará a iniciativa [Brasil 50-50 - Todas e todos pela Igualdade de Gênero: brasil5050.org.br](#) Gasman dialogará com as candidatas e o público sobre os direitos humanos das mulheres, especialmente sobre o empoderamento político das mulheres, uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pelos Estados-Membros da ONU.

Serão apresentados dados de uma pesquisa inédita realizada pelo Instituto Locomotiva sobre o que pensam e demandam as mais de 77 milhões de eleitoras brasileiras. Na sequência, haverá um debate entre as candidatas à Vice-Presidência da República, que responderão a perguntas das jornalistas Ana Paula Padrão, Carla Jimenez, Mônica Bergamasco e Sonia Racy.

**Compromisso com as mulheres** - A [plataforma Brasil 50-50](#) consiste numa série de compromissos que vêm sendo assumidos por candidaturas de mulheres e homens em todo o país para incentivar a participação das mulheres na política e a adoção de políticas para eliminar as desigualdades de gênero, raça e etnia. Por meio da plataforma, as candidaturas se comprometem em apoiar e promover, durante a campanha e em caso de eleição, uma série de ações para o empoderamento e os direitos das mulheres, e a construção da igualdade de gênero em apoio à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Informações para a Imprensa:

Assessoria de Comunicação da ONU Mulheres Brasil  
Luciana Araujo - consultora da ONU Mulheres (11) 97619-9076 |  
luciana.araujo.jornal@gmail.com

## **EL PAÍS e Instituto Locomotiva reúnem candidatas à vice-presidência - São Paulo/SP, 28/09/2018**

*Encontro Mulheres na Política, apoiado pela ONU Mulheres, vai debater a pauta feminina no próximo Governo. Ana Amélia, Kátia Abreu, Manuela D'Ávila e Sônia Guajajara já estão confirmadas no evento que acontece nesta sexta, 28*

**(El País, 26/09/2018 - acesse no site de origem)**

As mulheres ganharam um protagonismo inédito na campanha eleitoral à presidência da República deste ano. Seja por liderarem o bloco do eleitorado indeciso que vai definir quem vai suceder Michel Temer, seja por terem iniciado nas redes sociais [o movimento #Elenão contra o candidato Jair Bolsonaro](#). Para debater o papel da mulher nesta eleição e para o próximo Governo, o EL PAÍS Brasil e o Instituto Locomotiva, com apoio da ONU Mulheres, reúnem em São Paulo as candidatas a vice-presidência nesta sexta-feira, 28, no encontro Mulheres na Política.

Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Sônia Guajajara (PSOL) já estão confirmadas para o encontro que acontece no auditório do Ibmec, da alameda Santos. A ideia do evento é buscar o ponto de convergência entre as representantes femininas das diversas correntes políticas sobre a pauta feminina que a sociedade brasileira deve abraçar. A escolha dos nomes para compor a mesa de discussão levou em conta os partidos com representação no Congresso e aqueles que colocaram mulheres na chapa à presidência. "São mulheres que deram visibilidade às candidaturas nesta eleição e que devem continuar lutando politicamente independente de quem for o(a) próximo(a) presidente(a)", diz Maíra Saruê Machado, diretora executiva do Instituto Locomotiva, que vai apresentar dados inéditos sobre as 77 milhões de eleitoras brasileiras durante o evento.

Para o EL PAÍS Brasil, o encontro Mulheres na Política vem de encontro a um dos fundamentos do jornal, que nasceu em 1976, na Espanha, e está presente no Brasil desde 2013. "Ampliar a voz das mulheres na sociedade é um valor do EL PAÍS desde a sua fundação em 1976. Vivemos um momento sensível e é preciso falar abertamente sobre o assunto diante de uma das eleições mais importantes da nossa história, no qual as mulheres cobram espaço para que as políticas públicas as tirem da invisibilidade que fomenta distorções", diz Carla Jiménez, diretora da edição brasileira do EL PAÍS.

O encontro Mulheres na Política é o segundo da série Seminário Brasileiras. [O primeiro aconteceu em 2016](#), quando a Locomotiva e o EL PAÍS reuniram especialistas em diversas

áreas e lideranças de organizações e empresas para falar dos avanços e retrocessos da pauta feminina até aquele ano. Desde então, o mundo viu crescer movimentos como o [#Metoo](#), e protestos feministas que pararam alguns países, como a Espanha ou a Argentina este ano. Desta forma, as mulheres vão marcando posição no mundo, para aumentar sua visibilidade e respeito às diferenças.

O evento, que começa às 9h30 horas e deve terminar ao meio-dia, terá transmissão ao vivo no site e no Facebook do EL PAÍS. Para inscrever-se, [clique aqui](#). As vagas são limitadas e sujeitas a confirmação.

---

## [Como elas votam, editorial do jornal Folha de S.Paulo](#)

*Eleitorado feminino mostra comportamento diverso do masculino e pode ser decisivo neste ano*

**[\(Folha de S.Paulo, 26/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Em 1988, os brasileiros aptos a votar somavam 75 milhões. Três décadas depois, esse contingente quase dobrou de tamanho, atingindo 147 milhões de pessoas. A velocidade de expansão, típica de um país em acelerado amadurecimento demográfico, não é o único fato notável dessa metamorfose.

Com o passar do tempo, o peso eleitoral das mulheres foi sobressaindo de maneira marcante.

Para cada grupo de 100 eleitores homens hoje equivale um conjunto de 113 brasileiras habilitadas ao voto. Há 30 anos, essa relação era de 100 para 97. Ou seja, o que era uma pequena vantagem numérica para eles transformou-se numa distância bem maior a favor delas.

Há 7.436.882 mais mulheres que homens no eleitorado. Com margem que correspondia a pouco menos da metade dessa cifra, a título de comparação, foi decidido o segundo turno presidencial em 2014.

Como explicação para esse descasamento entre sexos concorrem um fator natural —como mulheres vivem mais, sua proporção aumenta conforme a população envelhece— e um trágico —o [altíssimo volume de homicídios no Brasil](#) vitima sobretudo homens jovens.

Para as campanhas políticas, conquistar o apoio e combater a rejeição do [eleitorado feminino](#) torna-se, nesse quadro, uma meta cada vez mais decisiva. Não bastasse a escala da sua sobreparticipação no público votante, as [mulheres](#) também exibem comportamento diverso em relação aos homens.

De cada 100 eleitores do sexo masculino, segundo o [Datafolha](#) finalizado há uma semana, 20 afirmam não ter decidido em quem votar para presidente quando são indagados espontaneamente, sem que o pesquisador apresente a lista de candidatos. A fatia das mulheres

indecisas (38%) é quase o dobro.

A [rejeição das eleitoras](#) tampouco se distribui do mesmo modo que a dos homens. De maneira geral, elas se mostram menos refratárias que eles a votar nos postulantes ao Planalto, com a exceção singular de Jair Bolsonaro (PSL).

O [capitão reformado](#) não seria escolhido, em nenhuma hipótese, por quase metade (49%) das mulheres consultadas na pesquisa. Isso equivale a 12 pontos percentuais a mais que a rejeição dos homens ao deputado federal pelo Rio.

[Bolsonaro](#), que durante a sua carreira pública acumulou demonstrações de machismo desabrido, paga o preço pela sua brutalidade. Dificilmente será eleito se não conseguir minorar de modo perceptível a resistência feminina.

Se as [mulheres](#) lamentavelmente estão longe de conquistar posições na política proporcionais ao peso que detêm no eleitorado, sua prevalência entre os votantes já é suficiente para determinar o resultado do pleito presidencial num país enorme como o Brasil. Quando dizem sim e quando dizem não.

---

## [Lugar de mulher é na suplência? O que está por trás do aumento no total de candidatas nas eleições de 2018](#)

As mulheres já representam 52% dos eleitores brasileiros, mas o número de [candidaturas](#) femininas está longe de ser maioria. Só 31,2% de todos os candidatos registrados nas [eleições deste ano](#) são mulheres, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), fatia que pouco mudou desde o pleito de 2014.

**[\(BBC News Brasil, 26/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Disparou, por outro lado, o número de mulheres na suplência de senador e de candidatas a vice-governadora. O TSE registrou crescimento de 163% no número de candidatas registradas à segunda suplência, de 93% à primeira suplência e também contabilizou 55% mais mulheres registradas nas vagas de vice-governador, se comparados os números de registros desta e das eleições passadas.

Também aumentou, ainda que em menor proporção (65,6% para primeiro suplente e 47,9% para a segunda suplência), o número de candidatos masculinos na suplência de senador, mas houve queda no número de homens disputando como vice-governador. Os números, disponíveis no site do TSE, incluem todos os registrados até 15 de agosto deste ano - antes, portanto, da análise dos pedidos de candidatura e de possíveis indeferimentos e substituições.

Mesmo com o crescimento ligeiramente maior das mulheres, a proporção entre os postulantes

a um cargo público praticamente não mudou, já que o número de homens também aumentou. O TSE contabilizou um aumento de 9,4% no número de candidaturas femininas e de 8,7% das masculinas. Mesmo com o crescimento ligeiramente maior, a proporção entre os postulantes a um cargo público praticamente não mudou.

Em 2014, 31% de todos os candidatos registrados eram mulheres. Por isso, o aumento no número de suplentes é encarado como um avanço por alguns especialistas.

“A participação feminina na política é tão irrisória que qualquer incremento é motivo para a gente comemorar”, diz o professor e advogado Joelson Dias, ex-ministro do TSE, que pesquisa a inserção da mulher na política brasileira.

## **Duas explicações**

O jurista Joelson Dias e a cientista política Malu Gatto, professora da University City of London e pesquisadora da Universidade de Zurique, dizem que esses números podem ser explicados por duas estratégias distintas dos partidos: garantir mais verba do fundo eleitoral, que reservou 30% de um total de R\$ 1,7 bilhão para candidaturas femininas, e agradar uma importante parcela do eleitorado.

“Tem duas dinâmicas que estão incentivando esse padrão de nomeação de mulheres. A suplência tem mais a ver com a lógica de distribuição de financiamento de campanha. A outra parte da história, principalmente em relação aos cargos do Executivo, é a preocupação com o eleitorado feminino”, observa Gatto, lembrando que as mulheres representam a maior parte do eleitorado e também a maior parte dos indecisos. “A mulher se tornou eleitorado-chave dessa eleição”, completa.

Para Joelson Dias, o pequeno número de mulheres no Congresso, nas assembleias e câmaras de vereadores é “constrangedor e vergonhoso”.

“Fica sempre a esperança de que as mudanças nas regras, ainda que não resolva o problema, melhore a participação feminina”, afirma o ex-ministro do TSE, dizendo que o aumento de candidaturas femininas em cargos substitutos “pode ser estratégia de muitos partidos que não ficaram satisfeitos com a intervenção do Judiciário (para reservar uma parte do fundo e do tempo de propaganda para mulheres)”.

## **Como funciona?**

Para registrar uma candidatura ao Senado, é preciso indicar dois suplentes. Assim como o vice, o primeiro suplente substitui o senador quando ele se afasta do cargo e, na impossibilidade deste, o segundo suplente passa a ocupar a função. Na prática, contudo, o suplente não participa do mandato do senador titular.

Ainda que o número de registros de candidatas mulheres ao Senado tenha aumentado 80% (de 35 em 2014 para 63 este ano), o número de homens que querem ser senadores cresceu bem mais: 94%.

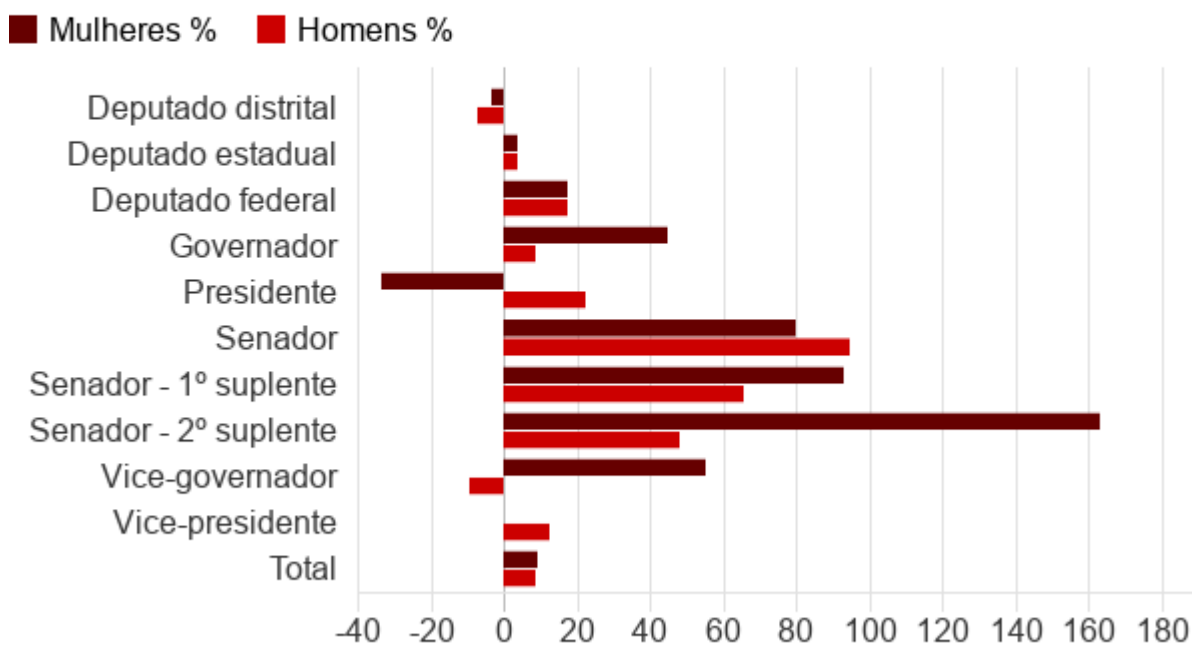
Já o número de candidatas ao cargo de governador pulou de 20 em 2014 para 29 este ano, aumento de 45%. No caso dos homens, o salto foi menor: de 156 para 170 candidatos, aumento de 8,97%, de acordo com os números contabilizados pelo TSE até 15 de agosto.

Não houve mudanças, contudo, no número de registros iniciais de mulheres disputando a vice-presidência.

Em 2014, antes de Marina Silva assumir a cabeça da chapa com a morte de Eduardo Campos, eram quatro as mulheres como vice na corrida pelo Planalto. Este ano, também foram quatro os registros iniciais - as urnas, contudo, ganharam mais uma vice com Manuela D'Ávila compondo com o novo candidato do PT, Fernando Haddad, que assumiu a cabeça da chapa no meio da campanha.

## 'Guerra' dos sexos

Varição do número de candidatos registrados por cargo disputado nas eleições de 2014 e 2018



Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

BBC

## Artimanhas para driblar a lei

A professora Malu Gatto, no entanto, pondera que será preciso esperar o fim da campanha para entender como os partidos estão distribuindo o financiamento estabelecido pela nova cota destinada às candidaturas femininas por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

“O que a gente sabe é que quando são colocadas leis que visam tornar o sistema mais diverso, as pessoas que estão dentro do sistema resistem. A solução que os partidos encontraram para resistir às cotas (que impõe um número mínimo e máximo de candidatos do mesmo sexo) foi a nomeação de laranjas”, diz a pesquisadora, em referência à candidatura de mulheres que apenas emprestam os nomes ao partidos para preencher a cota exigida por lei e não têm a real intenção de disputar um cargo eletivo.

Nas eleições municipais de 2016, por exemplo, as mulheres representaram 89,4% dos 16.131 [candidatos que não receberam voto](#), segundo o TSE.

À época, o então ministro do TSE Henrique Neves disse que esse número elevado de mulheres

que não receberam votos podia ser atribuído às chamadas “candidaturas laranjas”. “A quantidade de candidatas que não receberam nenhum voto é realmente preocupante e deve ser analisada de acordo com cada situação”, afirmou na ocasião.



Desde 1997, a legislação prevê que os partidos devem inscrever no mínimo 30% e no máximo 70% de candidatos do mesmo sexo nas chapas proporcionais, ou seja, as que disputam uma vaga na Câmara dos Deputados, nas assembleias e câmaras de vereadores e, no caso de Brasília, na Câmara Legislativa. Não há limite imposto para as candidaturas majoritárias.

Mas a professora lembra que as cotas são respeitadas pela maioria dos partidos de uma maneira simbólica, porque são poucas as candidatas que, de fato, contam com o apoio e financiamento direto das legendas.

“O que está acontecendo agora é uma adaptação a essa nova regra. Existe a necessidade de distribuir fundos e os partidos estão respondendo a isso através de soluções criativas para a manutenção do poder”, avalia a professora.

Segundo informou o TSE à BBC News Brasil, a aplicação dos recursos do fundo pode ser feita com todos os tipos de candidatura, inclusive postos secundários como suplente e vice. “A aplicação dos recursos fica a critério da comissão executiva nacional do partido, desde que respeite a aplicação mínima de 30% em candidaturas femininas”, esclareceu o TSE por meio da assessoria de imprensa.

Uma resolução da corte eleitoral tentou criar um mecanismo para evitar desvirtuamento, mas permitiu, por exemplo, o pagamento de despesas comuns com candidatos do gênero masculino.

“O dinheiro vai para a chapa, se tiver uma mulher como vice ou suplente, está apto a receber o dinheiro”, explica o ex-ministro do TSE, Joelson Dias.

### **Falta de incentivo**

Para a professora Malu Gatto, a culpa da baixa representatividade das mulheres nas eleições não é do eleitor.

“O que a gente vê é que, com a cota de gênero, os partidos começaram a nomear mulheres, mas não apoiam as candidaturas. Tem muitas mulheres registradas, mas elas não estão de fato fazendo campanha”, avalia.



Além disso, a pesquisadora observa que a política é um ambiente extremamente masculino. “Isso impacta negativamente na ambição política da mulher de estar nesses espaços. Tem muito a ver também com o fato de os partidos não tomarem um posicionamento muito forte no recrutamento e apoio de candidatura de mulheres. Falta incentivo”.

A presença de mulheres no Congresso também é pequena. Dos 513 deputados federais, somente 10,5% são mulheres. No Senado, dos 81 parlamentares, 16% são mulheres.

“Nesse quesito, o Brasil está sempre entre os últimos. Os números são constrangedores”, lamenta Joelson Dias, defendendo uma mudança de atitude.

### **Nem no Partido da Mulher Brasileira**

Nas eleições deste ano, o Partido da Mulher Brasileira é o que conta com maior número de candidatas - mas elas não são maioria nem mesmo no partido que destaca o gênero no nome. Do total de 455 candidatos do PMN, 39,6% são mulheres.

O segundo colocado no ranking com o maior número proporcional de candidaturas femininas é o PSTU, que inclusive disputa as eleições presidenciais com uma mulher, Vera Lúcia. Nas eleições passadas, o PSTU foi o que, proporcionalmente em relação ao total de candidatos da legenda, tinha o maior número de mulheres.

Erika Andreassy, da Secretaria Nacional da Mulher do PSTU, diz que o partido tem estimulado não apenas as candidaturas, mas também a participação feminina nos cargos de direção da legenda.

“Ainda é um desafio muito grande para a mulher participar da vida pública. Além de ser uma sociedade machista, a mulher enfrenta dificuldade de conciliar o trabalho, a maternidade e a vida partidária”, avalia.

Andreassy acredita que o aumento do número de vice e suplentes está relacionado à cota do fundo partidário. Mas ela acha que, ainda assim, é importante criar incentivos para estimular uma maior participação feminina.

### **O lugar da mulher nos partidos**

Entre os partidos com menor número de candidatas mulheres está o PPL (28%), DEM (28,8%) e o PSL (29,2%) de Jair Bolsonaro, presidenciável que representa uma resistência junto ao eleitorado feminino.

Os grandes partidos brasileiros como o MDB, PSDB e PT, por exemplo, reservaram cerca de 33% do total de candidaturas a mulheres e 67% a homens.

O MDB, por exemplo, lançou duas mulheres ao Senado, três como primeira suplente e 11 como segunda suplente. Já o PSDB registrou quatro candidatas ao Senado, três como primeira suplente e nove como segunda suplente. O PT, por sua vez, também tem mais mulheres na segunda suplência (11) que candidatas a senadora (6).

Na avaliação da professora Malu Gatto, a pouca visibilidade da mulher nas eleições dificulta atrair a atenção do eleitor. “Não acho que o eleitor seja menos propenso a votar em mulheres. Acho que o eleitor muitas vezes não vê as mulheres candidatas”, avalia.



---

# [Monitor da Violência: Presidenciáveis dizem como irão reduzir os homicídios e combater a violência contra a mulher](#)

*Durante as entrevistas ao G1 e à CBN, duas perguntas foram feitas a todos os candidatos; veja as propostas de cada um.*

**[\(G1, 25/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Candidatos à Presidência foram entrevistados pelo G1 e pela CBN de 4 a 20 de setembro.

Duas perguntas, que norteiam o [Monitor da Violência](#), parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram feitas a todos eles:

1. Qual sua principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?
2. Qual sua principal proposta para combater a violência contra a mulher?

As entrevistas foram mediadas pelos jornalistas Cláudia Croitor e Renato Franzini, do G1, Milton Jung, Cássia Godoy e Débora Freitas, da CBN, e pelo comentarista Gerson Camarotti, do G1 e da CBN. [Veja o cronograma completo.](#)

O candidato Cabo Daciolo (Patriota) não compareceu. Jair Bolsonaro (PSL) foi convidado a participar em outra data.

Veja as respostas de cada um dos candidatos à Presidência, pela ordem de realização:

## **4/9 - Geraldo Alckmin (PSDB)**

### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Geraldo Alckmin diz que é preciso melhorar a investigação e prender mais, “tirar o criminoso da rua”. Segundo ele, uma outra medida é tirar presos de distritos policiais e colocá-los em CDPs (centros de detenção provisória). Alckmin afirma ainda que é preciso investir no policiamento comunitário: “polícia ostensiva e preventiva”. Ele diz que é necessário planejamento, metas e bonificações.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Alckmin afirma que é preciso punição, já que a “impunidade estimula o crime”. E cita as delegacias de defesa da mulher, as casas das mulheres, a Defensoria Pública e o Ministério Público como órgãos importantes para combater essa violência. Segundo ele, ações de prevenção que foquem nas mulheres em risco são fundamentais.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Alckmin propõe reduzir IR para empresas e diz que não fará](#)

[campanha com Aécio](#)

## **5/9 - João Amoêdo (Novo)**

### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

João Amoêdo diz que é preciso integração maior entre os governos federal, estadual e municipal. Ele afirma que a questão da fronteira, “por onde entram muitas armas e muitas drogas”, é muito importante. Ele cita ainda o problema da polícia brasileira ter uma divisão e diz que é preciso que as polícias Civil e Militar façam o “ciclo completo”, além de valorizar o trabalho e adotar mais tecnologia. Amoêdo defende também uma Lei de Execução Penal mais rígida. E diz que é preciso melhorar a gestão dos presídios.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Amoêdo diz que o conjunto de quatro medidas propostas para reduzir os homicídios também terá um efeito no processo de combate à violência contra a mulher. E diz que é a favor da ampliação das delegacias de apoio a a mulher, mas que acredita que isso seja responsabilidade das gestões estaduais.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Amoêdo diz que se eleito acabará com tabela de frete para caminhoneiros e fará 'vale educação' para alunos carentes](#)

## **6/9 - José Maria Eymael (DC)**

### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Eymael diz que, como filho de policial, sabe como os policiais são mal pagos e mal treinados no país. Para ele, é preciso dar condições de trabalho para os policiais. Segundo Eymael, é necessário “comando e determinação”.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Eymael diz que é necessário conscientizar a sociedade do valor da mulher. E afirma que é preciso “universalizar” as delegacias da mulher, que “são poucas no país”.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Eymael diz que se eleito privatizará Eletrobras, mas manterá Petrobras, Banco do Brasil e Caixa sob controle do governo](#)

## **10/9 - Henrique Meirelles (MDB)**

### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Henrique Meirelles diz que é preciso mais recursos para resolver os crimes. Segundo ele, só com polícias equipadas e treinamento é possível reduzir os homicídios. Ele também defende um sistema de julgamento mais rápido, “se necessário alterando a legislação penal”. Meirelles diz ainda que é necessário todo um “sistema de informação” adequado.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Meirelles diz que é preciso que sejam colocados em funcionamento os botões de pânico para que as polícias ajam com mais rapidez no combate à violência doméstica. E defende que as

delegacias da mulher operem 24 horas por dia em todo o país.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Meirelles diz que é preciso aprovar reformas ou aumentar tributos para corrigir tabela do imposto de renda](#)

**11/9 - Vera Lúcia (PSTU)**

**Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Vera Lúcia diz que a principal medida é gerar mais empregos. Ela também defende a legalização das drogas para acabar com o tráfico e a violência originária dele. E diz que é preciso acabar com a Lei Antidrogas, que gera um encarceramento em massa.

**O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Vera defende a devida aplicação da Lei Maria da Penha e diz que é preciso mais delegacias especializadas, funcionando em horário adequado. Para a candidata, é necessário prender os agressores e investir mais recursos, especialmente para educar e acabar com a “cultura do espancamento e do estupro”.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Vera Lúcia defende revogar mandatos e diz que se eleita população dirá o que Congresso vai fazer: ‘Ou ele faz ou ele faz’](#)

**13/9 - Marina Silva (Rede)**

**Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Marina Silva diz que é preciso implementar o plano nacional de segurança pública, apostar em inteligência e ter uma ação efetiva nas manchas criminais. Segundo ela, é fundamental barrar o comando do crime organizado de dentro dos presídios. Além disso, ela diz que é necessário valorizar os policiais e treinar adequadamente. Marina também defende a criação de meios para que as pessoas tenham acesso ao trabalho, “já que os traficantes hoje se tornaram a referência para parte da juventude nas comunidades”. Para ela, é preciso combinar “políticas sociais de alto impacto e ações efetivas da segurança baseadas em inteligência”.

**O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Marina diz que é preciso combater, punir e investigar os casos de violência contra as mulheres. Ela defende a criação de uma rede de proteção para que as mulheres denunciem com segurança. Para Marina, é necessário ainda que sejam criados meios para que as mulheres se tornem independentes.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Marina Silva diz que eleições de 2014 foram ‘fraude’ de partidos que usaram dinheiro de caixa 2 e abusaram da ‘violência política’](#)

**14/9 - João Goulart Filho (PPL)**

**Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

João Goulart Filho diz que para combater a violência é preciso acabar com a desigualdade social. Ele também defende uma força de fronteira, conduzida pela Polícia Federal, que seja uma central de informações integrada com todas as polícias. O candidato propõe ainda o

“fortalecimento imediato” da Defensoria Pública para lidar com o problema da superpopulação carcerária.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Goulart Filho defende uma penalização mais grave para os agressores. E diz que é preciso construir mais delegacias especializadas e ampliar as medidas de proteção às mulheres.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [João Goulart Filho propõe dobrar salário mínimo em 4 anos e manter o subsídio ao diesel](#)

### **17/9 - Guilherme Boulos (PSOL)**

#### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Guilherme Boulos diz que é preciso rever o modelo de segurança pública. Ele defende a desmilitarização das polícias, com uma Polícia Civil única focada em prevenção e inteligência. Para o candidato, é preciso barrar o tráfico de armas com investigação. Ele também afirma que é preciso descriminalizar as drogas no país, para que não haja encarceramento em massa.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Boulos diz que sua principal proposta é o pacto nacional pela vida das mulheres, destinando 1% do PIB para políticas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo ele, é preciso criar a Patrulha Maria da Penha, equipando guardas municipais no Brasil todo para atuar de forma preventiva e ostensiva. Ele também defende a criação de mais casas de acolhimento. O candidato diz ainda que é necessário expandir os centros de referência de atendimento à mulher vítima de violência.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Boulos critica voto útil e defende que ‘momento de derrotar o atraso é no 2º turno’](#)

### **18/9 - Fernando Haddad (PT)**

#### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Fernando Haddad defende que haja um contingente na Polícia Federal para apoiar os estados no combate às organizações criminosas, deixando que as polícias locais foquem nos “homicidas, feminicidas, estupradores e ladrões que assaltam à mão armada”.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Haddad diz que é preciso que o Estado atue de forma mais próxima às mulheres sob ameaça, indo de porta em porta para verificar se as medidas cautelares são cumpridas.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Haddad diz que não dará indulto a Lula se for eleito presidente](#)

### **19/9 - Ciro Gomes (PDT)**

#### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Ciro Gomes afirma que vai assumir o problema como uma tarefa federal e que, se necessário,

fará mudanças nas leis. Para ele, o país deve enfrentar a tarefa desde a investigação até a prisão.

### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Ciro diz que vai treinar, capacitar e condicionar o atendimento nas delegacias de atendimento às mulheres. O candidato afirma ainda que vai dar aos delegados a faculdade de determinar providências cautelatórias para mulheres sob risco. Para **Ciro Gomes**, outra forma de resolver o problema será com os investimentos em cultura e educação.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Ciro diz que 'Brasil não aguenta mais um presidente fraco, que tenha que consultar seu mentor'](#)

### **20/9 - Alvaro Dias (Podemos)**

#### **Qual a principal proposta para reduzir o número de homicídios no país?**

Alvaro Dias defende a criação de uma frente latinoamericana de combate à produção e ao tráfico de drogas composta por Brasil, Colômbia, Bolívia e Peru. O candidato afirma ainda que o país deve investir em inteligência e monitoramento nas fronteiras do Brasil. Alvaro Dias diz também que é preciso “restabelecer autoridade”, ou seja, aquele que comanda precisa ter “autoridade para adotar as evidências mais rigorosas em determinados momentos”.

#### **O que pretende fazer para combater a violência contra a mulher?**

Alvaro afirma que o Brasil precisa investir em educação, “da forma correta e parcimoniosa, nas faixas etárias adequadas”. Para ele, o país também deve levar mais investimentos para a primeira infância.

**A ENTREVISTA COMPLETA:** [Alvaro Dias diz que voto útil é 'assinar atestado de burrice'](#)

---

## **Processo eleitoral para sociedade civil no CNDH está com inscrições abertas até o dia 10 de outubro de 2018**

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) convoca organizações e movimentos sociais que trabalham com a temática dos direitos humanos para participarem da [eleição de representantes da sociedade civil no Conselho](#). As inscrições vão de 11 de setembro a 10 de outubro e deverão ser feitas pela internet, e os documentos enviados por correios. As eleições acontecem no Encontro Nacional que será realizado em Brasília no dia 13 de novembro.

**[\(MDH, 25/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Podem participar organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros (ou com sede no país) que desenvolvam relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos no Brasil. Para se habilitar, a organização ou movimento social deverá comprovar pelo menos dois anos de funcionamento e atuação na temática de direitos humanos; atuação em, no mínimo, quatro estados e/ou duas regiões do país e atuação na mobilização, organização, promoção, defesa, em relevantes atividades relacionadas aos direitos humanos.

Das 11 vagas da sociedade civil, nove são eleitas pelos seus pares, em eleição bianual, durante o Encontro Nacional para Eleição. Durante o encontro, são eleitos 18 representantes, sendo os nove mais votados para a condição de titulares e os outros nove, para suplentes. Os representantes só podem exercer dois mandatos consecutivos no colegiado e as organizações que concorrem ao pleito precisam comprovar sua atuação na defesa dos direitos humanos.

Além de garantir uma representação plural e democrática de setores da sociedade no colegiado, com as eleições o CNDH também precisa assegurar a diversidade da sociedade em seu colegiado e deve estar atento, conforme o próprio edital, à representatividade de raça e etnia, de gênero, geracional e de região, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

As interessadas e os interessados em participar desta convocação deverão preencher a [ficha de inscrição online](#), a partir do dia 11 de setembro de 2018 até as 18 horas do dia 10 de outubro, por meio do [link](#) disponibilizado na página do CNDH.

A documentação exigida deve ser encaminhada via Sedex ou protocolada na Secretaria Executiva do CNDH, de acordo com as exigências do Edital, até às 18 horas do dia 10 de outubro de 2018. Um e-mail com o dia da postagem e o número do registro do Sedex para o acompanhamento da postagem deverá ser enviado à Secretaria Executiva do CNDH, por meio do endereço eletrônico [editalcndh@mdh.gov.br](mailto:editalcndh@mdh.gov.br). Somente será considerada válida para a fase de habilitação, a inscrição formalizada no prazo e com os requisitos previstos neste [Edital](#).

## **Sobre o CNDH**

O CNDH é um órgão colegiado de composição paritária que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil através de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, previstos na Constituição Federal e em tratados e atos internacionais ratificados pelo Brasil. Em sua formação, conta com de 22 membros, dos quais 11 são da sociedade civil e 11 do poder público.

Acesse [aqui](#) todas as informações.

Assessoria de Comunicação do CNDH  
+55 61 2027-3348 / [cndh@mdh.gov.br](mailto:cndh@mdh.gov.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>

---

# “Só sei que no Bolsonaro não voto”: a indecisão das mulheres da periferia que rejeitam o candidato

*Eleitoras mais pobres são responsáveis pelo pior desempenho de Bolsonaro. Neste setor, ele só alcança 14% das intenções de voto, diante de 28% na média da população*

**(El País, 24/09/2018 - acesse no site de origem)**

Faltando duas semanas para as eleições gerais, Luciléia Moraes Leite ainda não decidiu em quem votará para presidente. O motivo é bem simples: “O Brasil anda muito complicado”, responde. Esta indecisão não quer dizer que seja despolitizada, já que fez questão que sua filha tirasse seu título de eleitor neste ano em que completou 16 anos. Tampouco quer dizer que não saiba em quem jamais votará: “Não voto no Bolsonaro de jeito nenhum. Não gosto das conversas dele, das coisas que ele fala. Ele fica xingando as mulheres e não respeita o ser humano”, explica ela, que tem 39 anos e trabalha como auxiliar de serviços gerais no hospital Alvorada, em São Paulo. “Acho que se a gente coloca ele lá [na presidência], ele vai ser igual aquele lá dos Estados Unidos... Sei lá o que aquele homem é, meu pai, mas parece um ditador. Talvez o Brasil até precise de uma pessoa assim, mas não sei seria bom para as pessoas”.

Luciléia é uma mulher negra corpulenta que nasceu no Maranhão e veio para [São Paulo](#) em 2000, com apenas 21 anos, para trabalhar. Hoje mora no periférico Jardim Ângela, bairro da zona sul da cidade no qual as pessoas vivem em média 55,7 anos, têm uma renda média mensal de 1.889,36 reais e contam com 0,76 leitos de hospital por mil habitantes, segundo o Mapa da Desigualdade, um estudo feito pela Rede Nossa São Paulo em 2017. É em lugares como este que a resistência a Bolsonaro é perceptível, sobretudo entre as mulheres, [segundo aponta a última pesquisa Datafolha](#).

O deputado federal lidera a corrida eleitoral e marcou na última pesquisa 28% das intenções de voto. Mas enquanto entre os homens seu percentual sobe para 36%, [o número de mulheres que afirma que pretende votar nele cai para 21%](#) —uma taxa que aumentou desde o início do levantamento, mas que ainda enfrenta mais resistência entre as mulheres mais pobres. Entre pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos, a intenção de voto no presidencialista cai para 19%. Entre as mulheres nessa faixa de renda, o ex-capitão marca ainda menos: 14%. Sua rejeição também é maior entre o eleitorado feminino: 49% delas [diz que não vai votar de jeito nenhum nele](#), contra 37% dos homens.

“Apesar de ter evoluído no estrato (cresceu sete pontos no último mês), o apoio no segmento feminino é mais localizado entre as que têm a maior renda familiar”, apontou Mauro Paulino, diretor do Datafolha, [em análise na Folha de S. Paulo](#). O número das que dizem que votarão em Bolsonaro chega a 32% entre as que reúnem mais de cinco salários mínimos —elas, entretanto, correspondem a apenas 6% do eleitorado, enquanto as mais pobres representam 28%. Para efeitos de comparação, no nobre Jardim Paulista, onde se pode encontrar o perfil de eleitores de Bolsonaro, a expectativa de vida sobe para 79,4 anos, a renda média vai para 3.777,08 reais e existem 34,7 leitos hospitalares para cada mil habitantes, ainda segundo o Mapa da Desigualdade.



A maranhense costuma votar no [Partido dos Trabalhadores \(PT\)](#) e diz que, caso o ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) pudesse se candidatar, certamente votaria nele. “Ele ajudou muito as classes mais baixas, principalmente lá no Nordeste. Minha mãe ainda mora lá no Norte, meu pai faleceu há seis meses. Eles tiveram muita ajuda de banco para a terra deles. Foi na época do Lula que eles tiveram crédito”, argumenta. Contudo, conta não ter gostado do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff e nem da gestão de [Fernando Haddad](#), candidato a presidente pelo partido, na Prefeitura de São Paulo. “Não gosto do jeito dele. Ele promete muito, mas chega na hora e não faz nada. A pessoa não tem que prometer, tem que ir lá e fazer”, explica. “Assim como também não gostei do João Doria. Se depender de mim, ele não vai para o governo não”, acrescenta, entre risadas. [Geraldo Alckmin](#) (PSDB), [Marina Silva](#) (REDE) e [Ciro Gomes](#) (PDT) estão entre suas opções para candidato. O mais provável, afirma, é que acabe optando pelo tucano. “Ainda quero ver o próximo debate na televisão. Acho que um bom candidato tem que pensar no próximo como em si mesmo. E o Alckmin tem esse jeito, eu acredito nele. É um bom candidato”. Já bateu o martelo para seus candidatos para o senado: o atual vereador Eduardo Suplicy (PT) e a ex-atleta Maurren Maggi (PSB).

Votos brancos, nulos e indecisos, como Luciléia, somaram 17% na última pesquisa Datafolha, mas a proporção sobe para 25% entre as mulheres com renda de até dois salários mínimos. “Há um segmento de eleitores que deixam para votar na última hora. Desses, quase 70% são mulheres de baixa renda, mulheres que não têm traquejo da informação eleitoral, mas conhecem bem a feira e o supermercado. Ela decide, ela sabe os preços. A inflação dela é mais precisa do que a oficial”, [explicou a socióloga Fátima Pacheco Jordão ao EL PAÍS](#). “Ela está muito pregada no dia a dia, e quando se fala em saúde, elas não pensam em hospitais e vagas. Elas pensam em problemas específicos, no médico no posto, na saúde dela e, sobretudo, na dos filhos”, acrescentou.

Em frente à UBS Jardim Herculano, esperando o ônibus, Rosilda Lima da Silva tenta convencer Josefa, a dona de um bar ao lado, a não votar no candidato da extrema direita. “Aquele cara é preconceituoso, principalmente com mulher, pobre e preto. Principalmente preto. Ele é o homem mais podre que a gente pode colocar na presidência”, argumenta. “Se ele não gosta de pobre, por que quer voto de pobre?”, continua. Ao contrário de outras vizinhas, Rosilda está mais propensa a votar no “candidato de Lula”. “Ele roubou, mas fez algo pra gente. No Nordeste, foi com o Lula que minha mãe teve condições de comprar uma televisão, de se aposentar...”, argumenta. Josefa, porém, está decidida a votar em Bolsonaro. Mesmo assim, escuta com atenção. As duas logo engatam outra conversa e começam a rir juntas. A polarização política e o ambiente de ódio parecem não ter chegado no Jardim Ângela.

A decisão, aqui, pode ser tomada no último minuto antes do pleito. “Nem parei para pensar ainda. Geralmente decido em cima da hora, ou até mesmo no dia da votação. Vou muito por impulso”, explica Juliana Fraga Melo, de 34 anos. Também conta já ter votado em Lula diversas vezes, mas acredita que “Haddad é muito devagar, não anda muito”. Seu marido, um pintor que faz bico, tem discussões acaloradas com seus amigos sobre política, mas ela diz não se interessar. Sua única certeza é a de que não votaria em Bolsonaro. “Não gosto do que ele fala.... Essas que ele fala sobre mulher... Não gosto”, resume.

Sua principal preocupação é o salário precário dos trabalhadores e trabalhadoras. “E essas leis que inventaram agora... Não gostei também não. Eu trabalho fixo, mas não sou registrada, então para mim não mudou nada. Mas se fosse, acharia ruim, não iria gostar”, explica a moça, que trabalha na cozinha de uma casa de repouso perto de sua casa — “o que é uma raridade, geralmente todo mundo trabalha longe”. Também se queixa de que, nos últimos anos, a vida

ficou mais difícil. “Comprar remédio, comer... Tudo isso ficou mais caro. Uma caixinha de leite chegou a cinco reais. Agora já baixou, mas como as mães que têm bebezinhos iam fazer?”, questiona.

Uma das poucas mulheres que não demonstram hostilidade a Bolsonaro é Antonia Felismina, cozinheira aposentada de 60 anos. “Acho que vou votar no Haddad, mas ainda não decidi não. Quem sabe até no Bolsonaro! Ele vai tirar os bandidos da rua? Andei escutando que ele vai botar segurança... Mas o PT pensa muito na periferia, nos pobres... Eu acho que está certo”, raciocina. Seu voto geralmente é decidido poucos dias antes do pleito, quando começa a prestar mais atenção na propaganda política. Dentro de casa, cada um tem sua opinião: seu marido, que trabalha fazendo móveis, por exemplo, “gostava da Marina Silva, mas já mudou e deve ir de Alckmin”. Já seu filho também está indeciso. “Hoje prefiro o Haddad que o João Doria, que não fez nada para a prefeitura. Mas para presidente... É muito forte, demais para o Haddad, não é?”, indaga. E continua seu raciocínio: “Eu acho que voto no Alckmin. Ele foi governador, e até que foi bom”.

A pouco mais de cinco quilômetros dali, em Capela do Socorro —o distrito paulistano com mais pessoas ganhando até dois salários mínimos, segundo o censo do IBGE de 2010— Jovina Costa, de 46 anos, atende as crianças que vão até a sua cantina, localizada em frente a uma escola pública. “Agora que colocaram uma cantina dentro da escola, está mais difícil. Acabo tendo que fazer bico no fim de semana de faxineira, diarista ou num buffet”, explica. Seu marido, que trabalha na construção civil, “não pega uma obra faz tempo”. “Tudo isso judia muito da gente. Tivemos que apertar o cinto para pagar a prestação da casa”, conta. O que lhe dá alegria é sua filha mais velha, de 19 anos, que faz Odontologia na Universidade de São Paulo (USP). “Mas é aquela coisa, né. O material é caríssimo. Tem muito aluno que desiste porque não é daqui e não consegue pagar o aluguel. Mas graças a Deus ela consegue fazer a faculdade. Demora quase duas horas para chegar na USP, mas consegue”.

Oriunda de Diamantina, Minas Gerais, conta ter votado em Lula quando tinha 16 anos. Era a primeira eleição da democracia e a primeira vez que o petista concorria. “Ainda hoje meu pai dá risada, porque ele não queria que eu votasse. Mas fui lá e votei!”, recorda. Veio para São Paulo três anos depois. Agora, em uma eleição cuja fragmentação se assemelha à de 1989, diz que vai anular no primeiro turno porque “infelizmente” não confia em mais ninguém. Assegura, porém, que, sim, irá votar no segundo turno. “Não votaria de jeito nenhum no Ciro Gomes, porque vi um vídeo em que ele fala em acabar com a moral católica”, explica ela, em referência a um trecho de uma palestra que o candidato do PDT deu em 2017. Tirado do contexto, o vídeo vem sendo usado como *fake news*, o principal motor da polarização política nestas eleições. “Também não votaria no Bolsonaro. Acho ele muito egoísta e preconceituoso. Ele é desumano. Agora mesmo eu estava vendo um vídeo dele lá no hospital em que aparece xingando uma enfermeira. É um absurdo”, conta.

O vídeo a que se refere na verdade não existe. É uma montagem falsa, mas parece influenciar sua escolha. Por exemplo, em um segundo turno entre Haddad e Bolsonaro, iria com o primeiro. “Mas não gostei dele como prefeito. Ele foi muito arrogante, não vi fazendo nada aqui. Falava muito”, explica. Portanto, se Haddad passar para o segundo turno com Alckmin, escolhe, neste caso, o tucano.

Carregando uma sacola cheia de coisas, a diarista Maria caminha pela calçada com pressa. “Não parei para pensar no meu voto ainda não, menino, minha vida é uma correria”, justifica. Esposa de um metalúrgico, foi graças a esta correria que seus filhos puderam estudar e

vislumbrar outras opções de vida. A filha mais velha, de 29 anos, é formada em Publicidade e Propaganda e Matemática Financeira, e trabalha como analista financeira. Já seu filho trabalha com marketing e, aos 22 anos, acaba de começar Jornalismo, sua segunda faculdade. “Minha maior preocupação é a violência. Se acontece alguma coisa com meus filhos, morro junto. Meu coração fica na mão até eles chegarem em casa”. Ainda assim, as propostas de Bolsonaro de endurecer o combate a violência não a convencem. Ao contrário dos que acompanham tudo por WhatsApp, ela demonstra se informar também por meios tradicionais. “Também estava vendo uma pesquisa que diz que 49% das mulheres não vão votar nele. Tava lá no G1”.

A campanha de Bolsonaro sabe disso. Mas, ainda hospitalizado no Albert Einstein, um dos poucos acenos que fez a esse segmento do eleitorado foi publicar um vídeo, no último dia 19, em que se declarava para sua esposa e filha.

*Felipe Betim*

---

## **Mulheres respondem por 32% das candidaturas apresentadas e 40% das consideradas inaptas**

*Levantamento do G1 analisa a participação das mulheres nas eleições de 2018; lei não obriga partidos e coligações a inscrever uma cota mínima de candidaturas femininas válidas para todos os cargos.*

**(G1, 22/09/2018 - acesse no site de origem)**

As mulheres, que são 52,5% do eleitorado do país, representam 32%inscrições para concorrer a um cargo eletivo nas eleições gerais de 2018, segundo os dados mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da noite de sexta-feira (21).

Já entre os pedidos considerados inaptos pela Justiça Eleitoral - ou seja, candidaturas que não vão estar nas urnas em outubro -, a proporção delas é maior: **40%**.

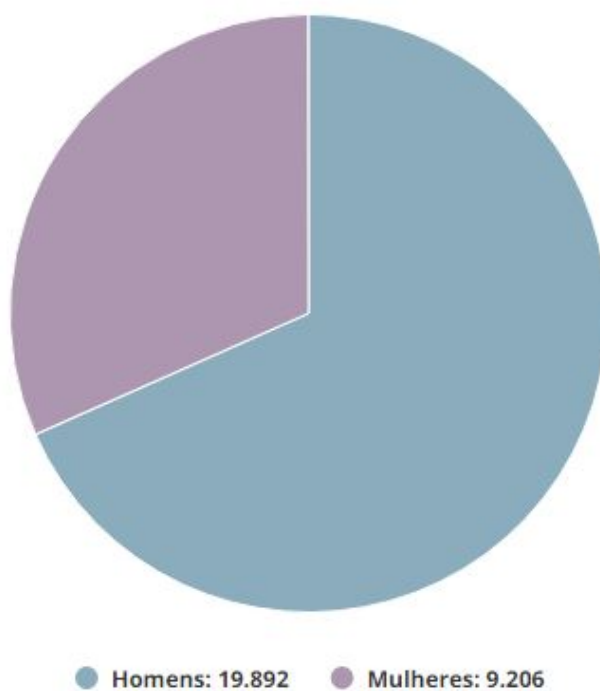
Com isso, a participação delas, que já era menor que a dos homens entre candidaturas apresentadas, cai ainda um pouco mais, para **31%**.

São consideradas candidaturas inaptas aquelas que não vão concorrer em 2018. Elas são subdivididas entre indeferidas (rejeitadas pela Justiça Eleitoral sem possibilidade de recurso), as renúncias, os pedidos que sequer foram apreciados pela Justiça, os cancelados pelos partidos, e os mortos.

O principal motivo para inaptidão é o indeferimento. E, nessa categoria, a proporção de mulheres chega a **43%**, ante os 32% da participação entre as apresentadas.

## Pedidos de registro de candidatura

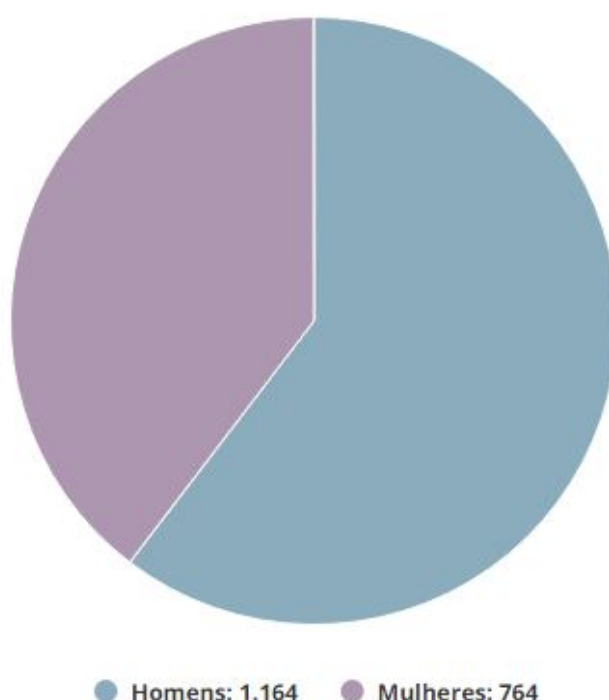
Em números absolutos, divididos por gênero



Fonte: TSE

## Candidaturas consideradas inaptas

Em números absolutos, divididos por gênero



Fonte: TSE

Os números representam as candidaturas para todos os cargos. No Brasil, atualmente só é obrigatório que os partidos e coligações cumpram uma cota mínima de candidatas mulheres para cargos proporcionais - neste ano, são os de deputado estadual, federal ou distrital (*entenda as regras no fim da reportagem*).

Em agosto, um levantamento do G1 mostrou que os tribunais regionais eleitorais (TREs) já haviam notificado [pelo menos 37 chapas em dez estados por descumprimento da lei](#).

Segundo Marilda Silveira, especialista em direito eleitoral e professora da Faculdade de Direito do IDP-São Paulo, nos últimos 20 anos a lei de cotas avançou para garantir às mulheres uma parte mínima do dinheiro do fundo partidário para campanhas, mas ainda precisa melhorar em alguns pontos, como ter uma definição clara sobre que punição deverá ser aplicada aos partidos e coligações que descumpram a regra.

Além disso, como os tribunais são obrigados a notificar o descumprimento depois do prazo de apresentação de candidaturas, e antes do primeiro turno, em geral as coligações e partidos não sofrem punições porque regularizam a situação no decorrer do período eleitoral, seja apresentando novas candidatas mulheres ou reduzindo o número de candidatos homens.

### Candidaturas indeferidas ou questionadas

Até o balanço divulgado na manhã desta sexta, a grande maioria dos pedidos de registro (mais de 25 mil) foram deferidos pelos tribunais eleitorais sem necessidade de recurso por parte dos

candidatos. Mas pelo menos 2.880 pedidos foram indeferidos na primeira instância - outros 80 ainda não tinham sido analisados pela Justiça Eleitoral.

Essa soma considera três tipos diferentes de situações:

- **1.371 pedidos indeferidos:** quando a candidatura foi julgada não regular, por não atender às condições exigidas para o deferimento do registro. Esses são os inaptos
- **1.210 pedidos indeferidos com recurso:** quando a candidatura se encaixa no mesmo caso acima, mas o candidato entrou com recurso e aguarda o julgamento em uma instância superior; enquanto isso não acontece, ele é considerado pela Justiça como apto a concorrer
- **299 pedidos deferidos com recurso:** segundo o TSE, nesse caso, o pedido foi considerado regular pela Justiça, mas houve interposição de recurso contra essa decisão, e esse questionamento ainda não foi julgado em uma instância superior; isso quer dizer que o registro da candidatura ainda corre um risco de ser cassado. Mas, em princípio, está apto

As mulheres representam 35% das candidaturas nesse grupo, participação um pouco maior do que a que elas têm na soma total de pedidos.

Considerando cada uma das três situações, elas têm maior peso entre o total de candidatos que tiveram o pedido indeferido, mas entraram com recurso para tentar reverter a decisão, e agora aguardam o novo julgamento.

Uma comparação entre as candidaturas femininas e masculinas considerando essas três categorias do TSE mostra que, **do total de mulheres que se candidaram, 11% tiveram algum tipo de problema na Justiça Eleitoral. No caso dos homens, o número é semelhante: 9%** dos pedidos de candidaturas masculinas ou foram indeferidos ou foram questionados depois do deferimento.

Além disso, dos 664 candidatos que renunciaram durante a campanha e desistiram de concorrer, 36% são mulheres.

### **Como aumentar a participação feminina entre as candidaturas?**

Para a professora Marilda Silveira, da Faculdade de Direito do IDP-São Paulo, os dados parciais do TSE não revelam se as candidaturas de mulheres, mesmo as indeferidas, representam fraude ou casos de “candidatas de fachada” e, por isso, não é possível concluir se o número real de mulheres interessadas em se eleger para cargos públicos é menor.

Ela disse, porém, que nos 21 anos desde que foi aprovada, a lei passou por avanços nas regras, mas ainda precisa de ajustes.

“A redação dela foi alterada quatro vezes”, explicou ela, lembrando que, no início, o texto dava abertura para a interpretação de que a lei apenas sugeria um número mínimo de candidatas, mas não constituía uma obrigação. Depois, ela passou a uma redação mais clara indicando que uma coligação que descumprisse a cota poderia ser indeferida e, nesse caso, todos os pedidos da coligação seriam indeferidos.

Um dos principais trunfos recentes dela, porém, é obrigar os partidos a distribuir uma parte mínima fixa do fundo partidário para custeio das campanhas de mulheres.

“É preciso dar efetividade à participação das mulheres, dar efetividade à entrega dos fundos dos partidos para que as mulheres façam campanha”, diz Marilda.

### **Como evitar candidaturas femininas ‘de fachada’?**

Na opinião de Marilda, não é simples descobrir se de fato uma candidata pediu o registro porque quer realmente concorrer a um cargo, ou foi convencida a participar para que o partido pudesse cumprir a cota.

Ela afirma que todos os pedidos precisam passar pela análise da Justiça Eleitoral antes de serem confirmadas ou não. “Você não pode aferir a legibilidade de antemão, e ninguém pode acusar de ser inelegível antes de a Justiça declarar”, explicou a professora ao G1.

Como essa análise acontece durante o período de campanha (e inclusive pode ultrapassar o dia da votação), a cota se aplica apenas aos pedidos apresentados, e não ao número total de pedidos deferidos.

Caso uma análise do tribunal identifique a possibilidade de fraude, a ação indicada seria notificar o Ministério Público para que ele abra uma investigação. Mas, na maior parte das situações, fica difícil comprovar a fraude, porque as mulheres concordaram com sua candidatura “de fachada”.

### **O que fazer com essas candidaturas?**

Há casos, porém, em que mulheres são inscritas sem o seu conhecimento, mas eles são raros, segundo a professora. Na semana passada, duas mulheres do Ceará que são [mãe e filha fizeram a denúncia de que foram registradas sem saber](#). O pedido de registro delas foi considerado apto pela Justiça Eleitoral, mesmo que uma análise mais atenta mostre que as fotos delas foram feitas por meio de montagens.

“Isso é um caso raro, hoje em dia até para fazer coisa errada as pessoas não são bobas assim. Queria saber se a pessoa que fez isso teria coragem de fazer isso com um homem”, disse Marilda.

Em um caso desse tipo, mesmo estando apta, a mulher pode ir à Justiça para pedir o cancelamento de seu registro, e o tribunal pode notificar o Ministério Público para que a denúncia de fraude seja investigada.

### **O que acontece se um partido não cumpre a lei?**

Não existe uma definição. Isso porque, de acordo com Marilda, na hora de avaliar os pedidos de registro de candidatura, ao tribunal compete apenas aplicar os critérios objetivos, e não investigar. Quando o tribunal eleitoral analisa os pedidos e percebe que um partido isolado, ou uma coligação de partidos, não cumpriu a cota, é obrigação da Justiça notificar os partidos para que eles regularizem a situação.

É por essa possibilidade de regularização durante a campanha, diz ela, que há poucos casos de descumprimento. Em geral, a atitude dos partidos para cumprir a cota passa ou por apresentar novas candidaturas femininas, ou reduzir o número de candidatos homens.

A pena, porém, pode variar. “A lei não é clara”, afirma Marilda. Segundo ela, a denúncia de



irregularidade pode ser feita depois do dia da votação, mas deve ser apresentada ou antes da diplomação ou até 15 dias depois.

Caso seja confirmada a fraude, uma das penas pode ser a perda de mandato e inelegibilidade dos candidatos eleitos pelo partido ou coligação. Mas ela não é automática. “Não se sabe se é só aqueles do partido [que perdem o mandato], ou pessoas que foram beneficiadas, ou se não cassa as mulheres”, explicou ela. Para Marilda, se uma mulher perde o mandato porque sua coligação não cumpriu a cota de candidatas mulheres, “o que acontece é que a mulher acaba sofrendo duas vezes, não é uma solução”.

A investigação e o julgamento, porém, podem demorar. Marilda cita que há pelo menos três casos de denúncia por descumprimento da cota nas eleições de 2016 esperando julgamento no TSE.

### O que diz a lei

- A cota para candidatas mulheres diz respeito apenas às **eleições para os cargos de vereador e deputado estadual, distrital ou federal**; ela não vale para os candidatos e candidatas ao Senado, aos governos estaduais e à Presidência da República
- Nas cidades com **mais de 100 mil eleitores** e nos estados em que o número total de vagas de deputados para a Câmara dos Deputados ou as assembleias for **maior do que 12**, cada partido pode apresentar um número de candidaturas que represente **no máximo 150% do total de vagas; dessas, pelo menos 30% tem que ser de candidatas mulheres**
- Nas cidades com **menos de 100 mil eleitores** e nos estados em que o número total de vagas de deputados para a Câmara dos Deputados ou as assembleias for de **até 12**, cada partido pode apresentar um número de candidaturas que represente **no máximo 200% do total de vagas; dessas, pelo menos 30% tem que ser de candidatas mulheres**
- Em todos os casos, **cada sexo só pode representar no máximo 70% dos pedidos** de registro de candidatura de cada partido, ou seja, tanto os candidatos homens quanto as candidatas mulheres devem representar entre 30% e 70% do total de candidaturas
- **A cota vale apenas para o total de pedidos apresentados no registro de cada partido isolado ou coligação**, e não o total de pedidos considerados aptos pela Justiça Eleitoral, por causa do calendário eleitoral

---

## [Voto feminino deve decidir eleições 2018, diz especialista](#)

*As mulheres representam mais de 50% do eleitorado e serão decisivas para a definição de quem será eleito*

**[\(Claudia, 21/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Caminhamos para um dos pleitos eleitorais mais imprevisíveis, em um Brasil sacudido pelas

apurações de corrupção que envolvem políticos de todo o espectro ideológico - da esquerda à direita, passando pelo centro. Nesse cenário, uma coisa é certa: o fiel da balança são as mulheres, que correspondem a 52,5% do eleitorado.

Para os especialistas, é o voto feminino que decidirá quem vai sair vencedor nas urnas em outubro - quando os brasileiros vão eleger o presidente da República, os governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. “Em eleições apertadas, como foram as das últimas duas décadas, as mulheres dão a palavra final. É o que mostram pesquisas qualitativas, com grupos de discussão”, afirma a socióloga **Fátima Pacheco Jordão**, conselheira do Instituto Patrícia Galvão. E elas são realmente as últimas a fechar o voto.

De acordo com uma pesquisa Datafolha divulgada em agosto, 65% das eleitoras entrevistadas ainda não tinham candidato - 50% estavam indecisas e 15% declaravam voto branco ou nulo. “O marketing dos partidos políticos já detectou esse comportamento e, por isso, de forma absolutamente estratégica, concentra esforços para conquistar os votos das indecisas nos últimos dias que antecedem a votação”, observa Fátima.

O Instituto Patrícia Galvão vem acompanhando as tendências do voto feminino nos últimos 20 anos. “As mulheres tendem a ser mais exigentes do que os homens e pautam suas escolhas pelas propostas dos candidatos relacionadas a problemas que afetam o seu dia a dia. Por serem as principais usuárias dos serviços públicos, elas têm um olhar mais crítico em áreas como saúde, educação, transporte e segurança”, afirma Jacira Melo, diretora do Instituto.

Além disso, grandes questões, como o aborto, a disparidade salarial e a violência doméstica, também estão em jogo, principalmente quando se trata de eleger os representantes do Legislativo. Isso porque, sendo a paridade de gênero o princípio fundamental para garantir igualdade no direito político e eleitoral, já saímos perdendo pela representação numérica.

O panorama de junho mostrava apenas 10,7% das cadeiras da Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres, o que deixa o Brasil estacionado na 152ª posição no ranking de representação feminina de um levantamento feito em mais de 180 nações pela União Interparlamentar (UIP), organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos. Ficamos bem distantes dos primeiros colocados: Ruanda (61,3%), Cuba (53,2%) e Bolívia (53,1%). Ou de nações europeias, como Espanha (39,1%), França (39%), Portugal (34,8%), e da vizinha Argentina (38,9%). Não avançamos nesse quesito mesmo com a Lei nº 9.504, de 1997, que obrigou os partidos a preencher 30% de suas candidaturas com mulheres. Portanto, não se trata apenas de defender bandeiras feministas, mas de assegurar que as cadeiras em um parlamento sejam divididas igualmente entre homens e mulheres. Essa é uma forma de promover a condução mais equilibrada de temas que afetam a sociedade como um todo.

“Precisamos de maior diversidade, de representantes que cheguem a esses lugares de poder com conteúdo feminista, antirracista, comprometidos com os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras”, afirma a socióloga Natália Mori, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). A questão da descriminalização do aborto, por exemplo, é um dos pontos cruciais. Muitos deputados fundamentalistas ainda atuam pela reversão total da permissão para a interrupção da gravidez, até mesmo nos casos em que atualmente a lei permite - quando há risco à vida da mãe causado pela gravidez, se ela é resultante de estupro ou se o feto é acéfalo.

## **Ocupando espaço**

Mas por que, mesmo com as cotas na política, não avançamos na representatividade feminina?

“Os partidos brasileiros são oligarquias masculinas. Infelizmente, ainda acontece no país o lançamento de um considerável número de candidatas apenas para cumprimento de cota”, diz **Jacira**. São as chamadas candidaturas laranjas. Além disso, a questão passa pela necessidade de dar visibilidade às candidatas de maneira efetiva. “As campanhas presidenciais de 2010 e 2014 nos revelaram a significativa adesão feminina às candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva”, aponta ela. No primeiro turno de 2010, Dilma e Marina conquistaram, juntas, 66,24% dos votos das mulheres; em 2014, foram 62,91%.

O fato é que faltam apoio e estrutura para que candidaturas femininas sejam vistas pelo eleitorado - situação que, este ano, pela primeira vez, pode começar a mudar. Por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos terão que destinar 30% do fundo eleitoral e 30% do tempo da propaganda de TV a elas, o que significa 515 milhões de reais, de um total de 1,7 bilhão de reais destinado ao Fundo Eleitoral para Financiamento de Campanha (FEFC). “A medida potencialmente pode trazer mais equilíbrio para a disputa eleitoral, mas a administração desses recursos ainda está sob o controle do poder masculino nos partidos”, observa Jacira. Como questiona a cientista social Beatriz Pedreira, cofundadora do Instituto Update: “A quantidade de vices mulheres nas chapas que disputam a Presidência da República e o governo dos estados (em um total de 77) é um movimento de empoderamento feminino ou uma forma de acessar os 30% dos recursos destinados a elas?”. É que não fica claro na lei como a parte destinada a campanhas femininas deve ser usada - é o partido que toma essa decisão.

Beatriz, no entanto, aponta outra questão que também pode trazer esperanças de ampliar a participação feminina nos espaços de poder. Embora eles ainda sejam construídos sob uma perspectiva muito masculina, a mulher começa a perceber a importância de seu ativismo. Essa foi uma das conclusões de um levantamento feito pelo Instituto Update em 2015, que mapeou cerca de 700 iniciativas inovadoras no Brasil e na América Latina. “Notamos um movimento de mudança de paradigma, que valoriza conceitos comumente ligados ao gênero feminino, como atuação em rede, colaboração, diálogo e princípios humanos que as mulheres exercem com maior expressividade”, afirma Beatriz. “Essa tendência vem para ficar e deve se ampliar na prática política. Já estamos vendo isso, por exemplo, na Argentina”, diz, lembrando que o barulho feito pelas mulheres ganhou repercussão internacional e trouxe mais destaque ao tema - apesar de a descriminalização do aborto ter sido barrada em uma votação apertada no Senado, depois de ter batido na trave ao ser aprovada pelos deputados.

Para ampliar essa onda, temos que fazer valer a nossa força de maioria no eleitorado. Votar - e votar bem - é uma missão fundamental para as brasileiras que irão às urnas nos próximos dias 7 (primeiro turno) e 28 (segundo turno) de outubro. “O desafio é encontrar um candidato ou candidata que se pareça com você, que defenda o que você defende. E não votar em alguém apenas porque já tem um histórico na política. Precisamos buscar inovação, ocupar o poder com outras caras, outros corpos. Quanto mais os espaços de poder forem ocupados por pessoas que sejam da sua confiança, mais elas poderão defender suas causas”, observa a advogada **Marina Ganzarolli**, cofundadora da Rede Feminista de Juristas.

Para votar com esse nível de consciência, os eleitores devem fazer a sua parte: buscar informação sobre os candidatos. Uma boa novidade nessas eleições é que, aproveitando a facilidade tecnológica, surgiram diversas iniciativas dispostas a promover candidaturas alinhadas com as causas feministas e da diversidade, como a plataforma #MeRepresenta, da qual Marina participa. Com informação e o voto podemos virar o jogo.

## Busque por elas

Movimentos organizados na internet incentivam candidaturas femininas e reforçam a importância de uma vida política ativa.

- [#MeRepresenta](#)

A plataforma é organizada por coletivos de mulheres, negros e LGBT que lutam pela igualdade e diversidade. O sistema mostra ao eleitor os candidatos que assumem essas frentes em cada região, auxiliando na escolha do voto.

- [A Candidata](#)

O projeto visa aumentar o número de mulheres em cargos políticos, educando-as e estimulando-as a se candidatar. Também mostra o avanço promovido pelas eleitas em anos anteriores. Por meio do Instagram, destaca a falta de representatividade feminina, por exemplo, o fato de nunca ter havido uma mulher governadora em 18 das 27 unidades federativas.

- [Vote Nelas](#)

Esse coletivo suprapartidário (que engloba todos os partidos) apresenta dados no universo feminino e apoia causas feministas, destacando candidatas comprometidas com elas. É possível apoiar o projeto oferecendo serviços e conhecimentos.

*Iracy Paulina*

---

## [Mulher: há uma proposta decente?](#)

*Veja o que os candidatos a presidente falam sobre assuntos femininos em seus planos de governo*

**[\(Universa, 20/09/2018 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)**

Para saber o que os candidatos à presidência propõem para as mulheres, o quanto falam delas e o que se destaca em seus planos, Universa esmiuçou o programa de governo de cada um dos nove concorrentes com representação mínima de cinco deputados eleitos no Congresso Nacional. O levantamento foi submetido à análise do Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP (Universidade de São Paulo).

Os candidatos analisados foram Alvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL) e Marina Silva (Rede). Por causa do critério escolhido, ficaram de fora os candidatos Eymael (DC), João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL) e Vera (PSTU).

Foram selecionados oito temas: mercado de trabalho, educação, saúde, aborto, maternidade, segurança/violência contra a mulher, feminicídio e política. As diretrizes estão nos programas de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Propostas apresentadas em debates, entrevistas e vídeos de campanha foram desconsiderados. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política, a cientista política Beatriz Rodrigues Sanchez aponta os candidatos Ciro Gomes, Fernando Haddad, Guilherme Boulos e Marina Silva como os nomes com o maior número de propostas para mulheres.

Mas as diretrizes são genéricas. “Eles querem mostrar que estão levantando a bandeira, mas é evidente que não sabem como viabilizar suas ideias. Os programas não são aprofundados como nas áreas de economia ou política internacional, por exemplo”, conclui Beatriz, que também é pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

*Camila Brandalise e Marcos Candido*